

**PREFEITURA DE ITAQUI-RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 008, DE 13 DE MARÇO DE 2020**

Autoriza o Poder Executivo a proceder a contratação temporária, de excepcional interesse público, para a função de Cozinheiro.

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo a contratar, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, as funções a seguir descritas:

<b>Funções</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Vencimento Mensal</b>	<b>Carga Horária</b>
Cozinheiro	15	R\$ 703,14	40 h semanais

§ 1º A remuneração dos contratados para as funções de Cozinheiro, será complementada, para atender à previsão constante do inciso VII, do Art. 7º, da Constituição Federal.

§2º Os contratos autorizados pelo *caput* deste artigo, vigorarão pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados, uma única vez, por igual período, em conformidade com o disposto no Art. 242 da Lei Municipal n.º 1.751/90, com redação dada pela Lei nº 4.232/2017.

**Art. 2º** As contratações autorizadas por esta Lei serão realizadas levando em consideração a ordem de classificação dos candidatos aprovados para as respectivas funções em processo seletivo simplificado promovido pelo Poder Executivo.

**Art. 3º** As atribuições dos contratados no exercício das funções especificadas no Art. 1º da presente Lei constam no anexo I, que é parte integrante desta Lei.

**Art. 4º** O Poder Executivo Municipal, a qualquer tempo, poderá rescindir o contrato emergencial, observada a necessidade e o interesse público.

**Art. 5º** Os contratos temporários de excepcional interesse público são de natureza administrativa e asseguram aos contratados os direitos estabelecidos no art. 244 da Lei Municipal nº 1.751/1990.

**Parágrafo Único:** Aos contratados na forma desta lei fica assegurado também:

**I** – o direito de percepção do adicional por atividade insalubre, desde que cumpridas as exigências previstas nas Leis Municipais n.º 1.751/1990, e n.º 2.218/1996 e no Laudo Técnico Pericial do Município;

**II** – o direito de percepção do vale-transporte, desde que cumpridas as exigências previstas na Lei Municipal n.º 2.111/94 e no Decreto n.º 2.966/95.

**III** – o direito público subjetivo à estabilidade provisória, desde a confirmação do estado fisiológico de gravidez da contratada, até cinco (5) meses após o parto, nos termos do Art. 10, II, “b” do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, em 13 de março de 2020**

**JARBAS DA SILVA MARTINI**

Prefeito

**PREFEITURA DE ITAQUI-RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 008, DE 13 DE MARÇO DE 2020**

**ANEXO I**

**CATEGORIA FUNCIONAL: COZINHEIRO**

**ATRIBUIÇÕES:**

**DESCRIÇÃO SINTÉTICA:**

Preparar e cozinhar alimentos e responsabilizar-se pela cozinha.

**DESCRIÇÃO ANALÍTICA:**

- Responsabilizar-se pelos trabalhos da cozinha;
- Preparar dietas e refeições de acordo com cardápios;
- Preparar refeições ligeiras, mingaus, café, chá e outras;
- Encarregar-se de todos os tipos de cozimentos em larga escala, tais como: Vegetais, cereais, legumes, carnes de variadas espécies;
- Preparar sobremesas e sucos dietéticos;
- Eventualmente fazer pães, biscoitos, sorvetes e artigos de pastelaria em geral;
- Encarregar-se da guarda e conservação dos alimentos;
- Fazer o pedido de suprimentos de material necessário a cozinha ou à preparação dos alimentos;
- Operar diversos tipos de fogões, aparelhos e demais equipamentos de cozinha;
- Distribuir, fiscalizar e orientar os trabalhos dos auxiliares;
- Supervisionar os serviços de limpeza, zelando pela conservação e higiene dos equipamentos e instrumentos de cozinha;
- Executar tarefas afins.

**QUALIFICAÇÕES EXIGÍVEIS:**

- Idade mínima: 18 (dezoito) anos
- Escolaridade: 1º ano do Ensino Fundamental
- Outras: Conforme as instruções reguladoras do processo seletivo.
- Carga Horária: 40h Semanais

**PREFEITURA DE ITAQUI-RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 008, DE 13 DE MARÇO DE 2020**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando, para apreciação e decisão dessa Egrégia Câmara de Vereadores, o presente Projeto de Lei, que tem como objetivo a indispensável autorização legislativa, para a contratação temporária de 15 (quinze) Cozinheiros, para atender o excepcional interesse público, a fim de compor a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.

Justifica-se o pedido de contratação temporária de Cozinheiros, pela imperiosa necessidade de serviço junto a Secretaria Municipal de Educação, face à imensa demanda nas Escolas de Educação Infantil e Fundamental do Município de Itaqui, em razão do início do ano letivo.

A contratação temporária de 15 (quinze) Cozinheiras, visa garantir a realização de serviços de cozinha, indispensáveis para o funcionamento das Escolas Municipais de Educação Infantil e Fundamental do Município e o amplo atendimento dos alunos dessas Escolas.

A contratação temporária se faz necessária porque não há Concurso Público com validade para as funções que se pretende contratar.

Estas as razões que justificam o presente projeto de lei.

**Gabinete do Prefeito, em 13 de março de 2020**

**JARBAS DA SILVA MARTINI**

Prefeito